



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SEMINÁRIO “A SAÚDE E O ESTADO: SNS AOS 40 ANOS”  
21 SETEMBRO 2018 - FÓRUM LISBOA**

Senhor Presidente do Conselho Económico e Social, meu querido amigo António Correia de Campos,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É uma honra poder representar a Assembleia da República no encerramento deste Seminário sobre o Serviço Nacional de Saúde aos 40 anos.

Já faz 40 anos que foi criado o Serviço Nacional de Saúde, uma das grandes marcas do Portugal Democrático.

Um sonho de tantas gerações de democratas, concretizado por outras tantas gerações de decisores políticos e profissionais da saúde.

São, foram e serão, neste sentido, todos eles, construtores da democracia portuguesa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Mas permitam-me que destaque aqui o nome do Ministro dos Assuntos Sociais que esteve associado à criação do SNS e que lutou toda a vida por um Serviço Nacional de Saúde universal e sustentável: estou a falar evidentemente de António Arnaut, que nos deixou há pouco tempo, mas cuja memória e cujo exemplo nos devem servir de guia quando refletimos sobre o caminho feito e sobre os desafios do futuro da Saúde em Portugal.

Falo-vos hoje enquanto Presidente da Assembleia da República e nesse sentido quero fazer aqui um diagnóstico sintético dos desafios que se colocam ao fim de 40 anos de SNS.

A Saúde é um Direito Social de Cidadania absolutamente incontornável, enquanto fator de desenvolvimento humano e enquanto instrumento de progresso económico e social.

Um Direito consagrado na nossa Constituição, que no seu artigo 64 fala expressamente num “Serviço Nacional de Saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”.

Um Direito que teve tradução prática nestes quase 45 anos de democracia através da ação do Serviço Nacional de Saúde.

Uma ação que se observa bem na evolução da esperança média de vida, da mortalidade infantil e até na dinamização da economia, pois é evidente a relação entre coesão social e desenvolvimento.

A proteção social, nomeadamente a proteção na doença e os cuidados de saúde, continuam a ser a principal preocupação dos portugueses, a par do emprego e da economia.

Mas os portugueses reconhecem o caminho feito nestes 40 anos de SNS - e isso está patente em todos os inquéritos de opinião.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Segundo o portal de opinião pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a avaliação que os portugueses fazem do estado da saúde, não estando ainda ao nível da verificada nos países mais desenvolvidos da União Europeia, está desde 2016 em níveis positivos.

O desafio estrutural é agora, reconhecidamente, o de compatibilizar um acesso universal a um Serviço Nacional de qualidade com as tendências demográficas e tecnológicas e os constrangimentos económicos e financeiros.

Como financiar o serviço público de saúde num contexto marcado pelo envelhecimento demográfico?

Como colocar o nosso SNS à altura de um tempo marcado pela inovação científica e tecnológica e respetivo impacto nos equipamentos, fármacos e medicamentos?

Como responder às expectativas dos utentes ao fim de 40 anos de SNS?

Como articular o papel insubstituível do Estado com o contributo da economia social e do setor privado?

Que papel devem ter as taxas moderadoras e como podemos regular de forma eficaz e adequada o recurso às urgências hospitalares?

Como podemos aperfeiçoar o papel do prestador, regulador e fiscalizador do Estado no setor da saúde?

Estas são algumas das questões que estão em cima da mesa.

A este propósito, aguarda-se a aprovação pelo Conselho de Ministros de uma proposta de revisão da Lei de Bases da Saúde, que terá como pilar o trabalho produzido pela Comissão a que presidiu a Dra. Maria de Belém Roseira.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Como é próprio de uma Lei de Bases tratar-se-á necessariamente de um projeto de orientação político-legislativa, que estabelece disposições substanciais da organização dos poderes públicos, em matérias ‘paraconstitucionais’ e de ‘importância constitucional reforçada’.

Estas leis de bases enquadram o edifício legislativo e normativo do setor a que se aplicam e por isso são leis de valor reforçado que implicam um diálogo e um consenso parlamentar alargado.

O próprio Partido Social Democrata também já tornou público um documento estratégico centrado no diagnóstico e na gestão.

Este é portanto o tempo do debate parlamentar e do diálogo político.

As prioridades dos portugueses são naturalmente menos focadas nos modelos de financiamento e de gestão e mais centradas na qualidade da oferta e da prestação do Serviço Nacional de Saúde.

Mas mesmo nos anos mais recentes temos indicadores que revelam uma evolução positiva, embora ainda insuficiente, relativamente ao acesso a médico de família e ao tempo de espera nas consultas e cirurgias.

Há muito a fazer, há que manter e se possível reforçar a tendência positiva.

Contudo, nunca nos podemos refugiar apenas nas estatísticas e esquecer as expectativas das pessoas e as dificuldades com que se deparam os profissionais da saúde no seu dia-a-dia.

Na Saúde, se calhar mais do que em qualquer outra área, cada caso humano é mesmo um caso humano.

O escrutínio e a exigência dos cidadãos devem ser vistas como estímulos à melhoria do desempenho do sistema.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

O caráter misto e integrado do nosso sistema de saúde assenta num equilíbrio desafiante.

É justamente na utilização universal dos serviços públicos, na complementaridade do setor privado, e na solidariedade interclassista e intergeracional que assenta o Estado social moderno e democrático.

Estiveram em discussão ao longo do dia de hoje as questões do financiamento, da participação dos cidadãos e utentes e os modelos de gestão e organização. São de facto os temas centrais que nos devem preocupar.

O reforço da participação cidadã na gestão pública e na avaliação das políticas públicas é aliás uma dimensão absolutamente crítica para a qualidade da democracia e para a resposta a este crescente e saudável desejo de escrutínio.

O próprio artigo da Constituição que já citei, no seu nº 4, afirma que “o serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participada”.

Esta disposição é para levar a sério e para ser cada vez mais aperfeiçoada.

Mas permitam-me, na minha qualidade de Presidente da Assembleia da República, que valorize aqui o que une todos, todos os que participam hoje neste seminário, e todos os cidadãos que representam os portugueses no Parlamento: a importância da Saúde Pública e de um Serviço Público de Saúde forte e sustentável.

Em relação à Saúde, e julgo que havendo consenso quanto à centralidade pública nesta política social temos aí um bom ponto de partida para um entendimento alargado quanto aos caminhos do futuro.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Eduardo Ferro Rodrigues



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*